

Capítulo II

O sentido lógico das fontes testemunhos



Figura 14. America¹

¹ Figura 14. America de Theodore de Bry. In Revista Oceano. Lisboa, 1997, p. 29.

2. Fontes testemunhos: representação de fatos e/ou acontecimentos

*(...) Mas eu ainda espero angariar as sympathias da opinião, e o primeiro remédio é fugir a um prólogo explícito e longo. O melhor prólogo é o que tem menos cousas, ou o que as diz de um jeito obscuro e truncado. Conseqüentemente, evito contar o processo extraordinario que empreguei na composição destas **Memórias**, trabalhadas cá no outro mundo. Seria curioso, mas minimamente extenso, e aliás desnecessário ao entendimento da obra. A obra em si mesma é tudo: se te agradar, fino leitor, pago-me da tarefa; se te não agradar, pago-te com um piparote,² e adeus. (Cf. Machado de Assis, 1937, Ao leitor.)*

A citação acima é de Memórias Póstumas de Brás Cubas. Ainda que se trate de uma prosa literária, a suposta origem do seu personagem central vem

² Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbete: piparote. *Do espanhol papiroote, que sofreu dissimilação. Pancada que se dá com a cabeça do dedo médio ou do índice apoiada sobre o polegar e soltando-se com força; tálitro.*

do seu homônimo Brás Cubas, que existiu de fato e, de certa forma, foi incorporado e *dissolvido* em personagem literária graças ao gênio criativo do autor do romance. Para tecer o enredo do episódio, o autor construiu um discurso indireto aparente cuja estrutura é constituída por conjuntos de orações, de modo geral independentes, e nas quais as palavras do principal personagem narrador, o Brás Cubas, vêm na terceira pessoa. E por já estar do outro lado da vida (sic), esse narrador pode agora descrever a sua árvore genealógica sem o risco de ofender aos demais.

Com um discurso irônico o personagem narrador atribui a seu pai um espírito inventivo, às vezes até mesmo falsário. E assim o era, para evitar que o apelido *Cubas* não fosse depreciativo, pois normalmente era dado a pessoa que executava serviço de tanoeiro,³ que, diga-se de passagem, não era lá essas coisas e nem tampouco gozava de grande reputação social. Mas no caso da origem do seu nome, embora tivesse um pouco dessa mácula, isto já estava mais ou menos descartado, visto que no âmbito da sua família o seu *falsário* pai era

(...) bisneto de um certo Damião Cubas, que floresceu na primeira metade do século XVIII". Era tanoeiro de ofício, natural do Rio de Janeiro onde teria morrido de penúria e na obscuridade se somente exercesse a tanoaria. Mas não; fez-se lavrador, plantou, colheu, permutou o seu produto por boas e honradas patacas, até que morreu, deixando grosso cabedal a um filho, o licenciado Luiz Cubas. (...) Damião Cubas era afinal de contas um tanoeiro, e talvez mau tanoeiro, ao passo que o Luiz Cubas estudou em Coimbra, primou no Estado, e foi um dos amigos particulares do vice-rei conde da Cunha. (idem, p. 17)

No sentido desse discurso irônico, o narrador-defunto demonstra que o seu pai, procurando conter o estigma de origem e "*(...) recorrendo à inventiva senão depois de experimentar a falsificação; primeiramente, entroncou-se na família daquele meu famoso homônimo capitão-mor, Braz Cubas, que fundou a*

³ O apelido tanoeiro usado em Portugal e que se incorporou à língua culta no Brasil, era dado às pessoas que fabricavam ou consertavam cubas de madeira na qual se guardavam o vinho e também eram utilizadas para carregar e guardar água para o uso doméstico. Com o tempo passou a ser usado popularmente para designar trabalhos comuns. Além destas designações, no Brasil, mostram o dicionário de Aurélio Buarque e o de Caldas Aulete, o apelido cuba é popularmente atribuído, em particular no Nordeste, a indivíduo entendido em práticas de feitiçaria, ou, como ainda é comum entre as pessoas de mais idade no interior de Pernambuco a certos indivíduos poderosos, astutos, sabidos, experientes, etc.

villa de São Vicente, onde morreu em 1592, e por esse motivo é que me deu o nome de Braz”. (Idem, p. 18)

O que foi mostrado acima é o exemplo de um testemunho imaginário sobre um Brás Cubas real, homônimo e diluído no personagem-defunto machadiano.



Figura 15. Retrato de Brás Cubas⁴



Figura 16. Retrato de Hans Staden⁵

A relação existente de um determinado personagem como o acima citado, entre a escrita da história e a literária — tema esse que será aprofundado no capítulo seguinte —, normalmente se materializa mais no plano da linguagem do que na representação do fato histórico. Um exemplo claro disso é o Brás Cubas citado pelo referido homônimo personagem machadiano que a historiografia brasileira registra como o indivíduo que veio para o Brasil na expedição de Martim Afonso de Souza, em 1532, e morreu em 1592 ou 1597, a primeira data também incluída na narrativa do romance acima referido. Registra ainda essa mesma historiografia que em 1536 Brás Cubas recebeu as terras da ilha de Engaугaçu — citada abaixo por Staden (1557)⁶ —, e fundou, nesse

⁴ Figura 15. Retrato de Brás Cubas. In: Lello Universal, verbete Brás Cubas.

⁵ Figura 16. Retrato de Hans Staden. In Op, cit., p. 27.

⁶ Existem vários trabalhos sobre Hans Staden. Mas o que chamou mais atenção foi uma manuscrito encontrado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, sem nenhum detalhe de quem

mesmo ano, a vila de Santos, SP. Foi, por duas vezes, governador da capitania de São Vicente: 1545-1549 e 1555-1560, cuja administração se destacou pelas construções de fortalezas, massacres dos índios tamoios e por fundar a primeira Misericórdia do Brasil, a atual Santa Casa da Misericórdia de Santos, SP.

Embora Machado tenha usado de um recurso histórico para criar o seu personagem literário, o seu objetivo não era construir um testemunho específico dessa época ou desse episódio. Nem mesmo se fosse possível imaginar que o autor estivesse querendo comparar, no plano psicológico, algumas características comportamentais do seu personagem — embora este alerte que “(...) *não presta fazer comparação*” (idem, p. 21) — com as do seu homônimo real. Mas esta hipótese não teria sentido nem mesmo se fosse para levar essa questão às últimas conseqüências, pois, na essência da narrativa do romance machadiano, quem sobressai num primeiro plano é a representação psicológica dos personagens fictícios, e num segundo, o sentido da História num nível literário fantasioso sobre a época em que o episódio do personagem real de fato aconteceu.

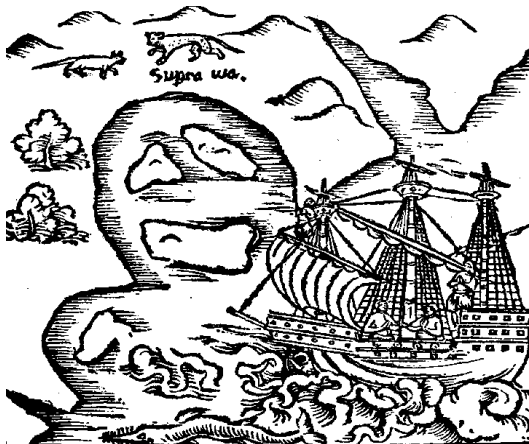
E assim, esse Brás Cubas machadiano que se entrelaça psicologicamente com outros personagens é dado especialmente ao gozo e ao prazer *mundano*. A sua trajetória psíquico-literária percorre o tempo-espaço específico do Brás Cubas real, ao tempo-espaço vivido por Machado no Rio de Janeiro: final do século XIX e início do XX. E ao discorrer sobre as memórias do

vem a ser o seu autor e de quando foi escrito. Trata-se de um texto de um tal Alfredo de Carvalho sobre Hans Staden, cujo resumo diz: “*A falta de unidade política impediu que a Alemanha participasse diretamente nos grandes cometimentos coloniais dos séculos XV e XVI, mas não obistou que os seus nacionais figurassem individualmente. Assim o autor introduz o estudo sobre a importância de Hans Staden na historiografia brasileira, dizendo que este, de “extraordinário valor para o estudo dos hábitos e costumes dos indígenas ao tempo em que ainda os conservaram inalterados do contato dos europeus. “Escrito sem jactância nem singeleza, transformando sincera piedade, possui um raro campo de verossimilhança a emprestar-lhe o caráter de documento excepcionalmente fidedigno, qualidade que, alleada ao encanto próprio do assumpto, e a irregularidade das tribulações do autor explica assás o número aviltado de edições que tem tido. Publicado originalmente, em 1556, em Francfort, foi impresso na mesma língua em 1557”.* (Cf. CARVALHO, Alfredo. Publicações dum bombardeio Alemão. 1548-1555, s/d. Manuscrito original com 11 folhas de 28 x 28 cm, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Códice I-7,1,17. De fato, no período em que o cronista foi para Portugal e de lá para o Brasil, as guerras camponesas alemãs do século XVI estavam em seu apogeu.

seu Brás Cubas, Machado indicou apenas, em estilo literário, um dos primeiros adonadores *voluntários* das Terras Brasilis.

No entanto, a função da obra literária em si — em particular essa *Memórias Póstumas* — apesar de imiscuir-se num imaginário cenário histórico, não é um romance histórico em seu *stritu sensu* —, portanto, o seu discurso não tem o mesmo efeito testemunho como tem, entre outros, o da obra de um Hans Staden.

Este autor que também foi contemporâneo do personagem homônimo do narrador machadiano, testemunhou a existência do mesmo em uma breve nota de rodapé da página 72, do seu livro *Duas Viagens ao Brasil* (1974). O cronista Hans Staden se refere ao nome do Brás Cubas — que tanto a historiografia, quanto o narrador machadiano confirmam ter sido o fundador da vila de São Vicente —, através do novo nome da ilha Engaugaçú. Nessa ilha que serviu de refúgio ao referido cronista e que não mais pertencia aos habitantes nativos, pois já havia sido adonada pelo primeiro Brás Cubas, e por isso passou a ser conhecida por este nome, comprova mais uma vez aos leitores menos afeiçoados



com a historiografia brasileira a existência real do mesmo. Isto dito, justifica a importância da obra de Staden — que é praticamente a única entre as demais que se refere ao nome do personagem citado pelo narrador machadiano —, como um rico testemunho da nossa historiografia, ao assim dizer:

Figura 17. Chegada ao abrigo⁷

(...) Temos aqui outra ótima vista do conjunto da região. No lagamar do Engaugaçú, está uma ilha com a denominação de Brás Cubas. No litoral, em frente a essa ilha, um engenho de açúcar. Segue-se o canal de Bertioga, até o forte. Na ilha de Santo Amaro, vê-se pequena vila desse nome e na ponta da Armação, em frente à Bertioga, está uma casa com a legenda: "O balaustre onde eu, Hans Staden estava". (Cf. Staden, 1974, p. 72)

⁷ Figura 17. Chegada ao abrigo de Superagui que fica do lado norte da baía de Paranaguá. (Cf. Staden, 1974, p. 56)

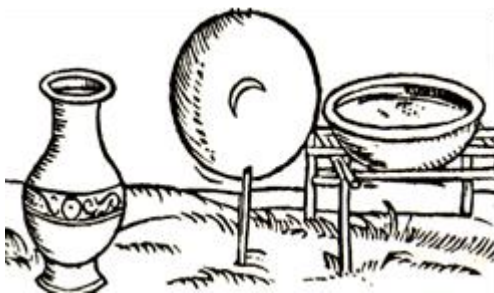


Figura 18. Utensílios indígenas⁸

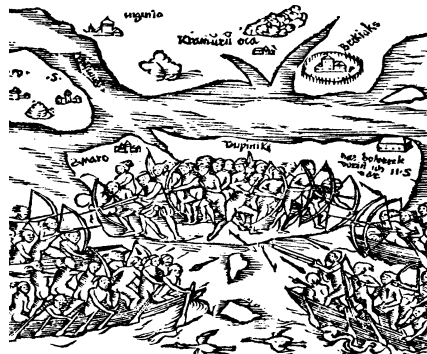


Figura 19. Assalto dos Tupinambás

Além deste aspecto, à medida que Staden ia se colocando frente a frente com o turbilhão das ondas do mar, com a imensidão da floresta, com as habitações e utensílios domésticos fabricados e usados pelos nativos, a reação dos tamoios representada visualmente na figura sobre o assalto desses contra os portugueses, e com a dificuldade de compreender a língua dos nativos dizendo que “(...) *queria falar-nos, mas nenhum de nós podia entender bem a sua língua*”... (Cf. Staden, 1974, p. 56), assim como a faixa litorânea da América Portuguesa: de Santa Catarina

até Olinda, Pernambuco, que será mostrado no capítulo VIII.

A sua narrativa também é rica em notícias sobre a estrutura *arquitetônica* e *urbanística*, hábitos e costumes, modo de dormir e certos saberes agrários da população nativa, os quais serão descritos nos capítulos VIII e IX deste estudo.

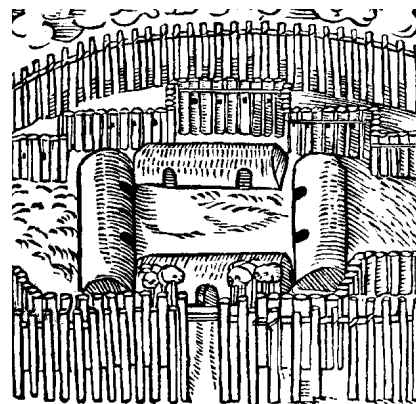


Figura 20. Uma aldeia fortificada...

⁸ Figura 18. Utensílios indígenas. Idem, p. 171.

Relata sobre alguns animais e, de modo geral, atribui a violência, não aos europeus, mas sim a própria cultura antropofágica do índio brasileiro⁹ mostrado por Hans Staden ao narrar que,



(...) em frente da minha choça ficava a do chefe Tatámiri.¹⁰ Este guardava um dos cristãos assados e, segundo a praxe dos índios, fazia preparar a bebida. Juntava-se muita gente, bebiam, cantavam e aprontavam uma grande festança. No dia seguinte, depois da bebedeira, aqueciam de novo a carne assada e comiam-na. A carne do outro, porém, do Jerônimo, foi pendurada na cabana em que eu estava, numa cesta sobre o fumeiro, durante três semanas talvez, até que ficou seca como um pau. Que ela assim ficasse pendurada, esquecida sobre o fogo, durante tanto tempo, tinha a sua razão... (Cf. Staden, 1974, p. 134)

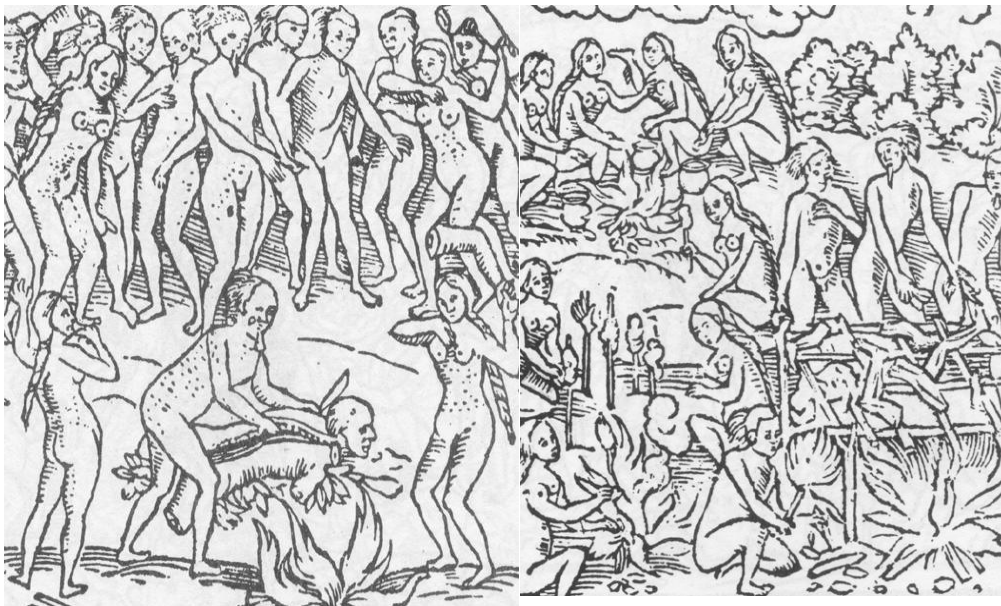


Figura 21. Ritual de esquarteramento e assamento de inimigos¹¹

Vê-se, portanto, que Staden testemunhou além de outros aspectos conjunturais do período, a existência do Brás Cubas real, e também a das práticas

⁹ Estes aspectos não são exclusivos da obra de Hans Staden, mas da maioria absoluta dos cronistas que escreveram sobre os mesmos aspectos, inclusive, os do século XVIII.

¹⁰ Segundo a nota de rodapé da página 132, do livro de Staden, significa “Foguinho”.

¹¹ Figura 21. Esquarteramento e assamento. Cf. Staden, Op. cit., p. 185. À esquerda, esquarteramento do corpo do prisioneiro e à direita, assando os pedaços do corpo do prisioneiro (Idem, p.188). Léry e Thevet também apresentam algumas figuras sobre estes mesmos motivos, algumas delas, como a do assamento igual a de Staden.

do canibalismo no cotidiano do índio brasileiro representado pelas imagens e citações aqui expostas. O mérito de levar o imaginário sobre estes e outros aspectos da vida cotidiana brasileira nos séculos XVI e XVII à Europa não é exclusivamente de Staden, mas sim, de quase todos os demais que escreveram sobre o Brasil daquela época. André Thevet, que também foi um pioneiro neste gênero disse:

(...) Depois que o prisioneiro está devidamente cevado e engordado, matam-no, considerando uma grande honra



Figura 23. Lamento

Agora serei devorado por ele, no dia marcado. Eu, porém, já matei e devorei muitos parentes e amigos dos homens que me aprisionou". E outras canções como esta. Isto mostra claramente que a morte quase não lhes causa preocupação de espécie alguma. (Cf. Thevet, 1978, pp. 131-132) .

Assim, foi a partir da publicação das obras desses cronistas no Velho Mundo dando testemunhos detalhados de como era o Novo Mundo que passa a impregnar aquele imaginário medieval europeu sobre aquela gente que praticava o canibalismo. Agora sim, tem-se idéias de como ele efetivamente se dava. Logo, essas obras escritas e ilustradas e, possivelmente algumas das narrativas orais daqueles que passavam pelo Novo Mundo vão influenciar alguns escritores e cronistas, tanto em Portugal como também na França, assunto este

Figura 24. Massacre¹³



Figura 22. Canibalismo¹²

o ato da execução. E para a solenidade convidam todos os seus amigos, que moram mais distante, para que venham assistir às festas e participar do banquete. (Idem, ibidem)

Nesse dia, o prisioneiro é deitado na rede e preso com correntes de ferro (cujo uso, aliás, foi introduzido entre os índios pelos cristãos. Durante todo o dia e toda a noite, o condenado entoava canções como esta: "Meus amigos marajás são pessoas honradas e são hábeis e fortes guerreiros. Estas

prenderam e devoraram grande número de

¹² Figura 22. Canibalismo In: Moraes Belluzzo, 1994, p. 58.

¹³ Figura 24. Massacre de prisionner (Massacre de prisioneiro). In: Lestringant, 1997, p. 162.

que de certa maneira está presente em toda a historiografia da época. Exemplo disso é o de Montaigne, que em 1580, dedica um capítulo especial do seu Ensaio aos canibais. Montaigne, por exemplo, exalta as qualidades morais dessa gente ao dizer que:

(...) Conversei longamente com um deles, mas meu intérprete compreendia tão mal e se mostrava tão embaraçado com as perguntas que, graças a sua estupidez, não pude ter algo mais sério do meu interlocutor. Tendo-lhe perguntado de onde provinha sua ascendência sobre os seus (era um chefe e nossos marinheiros o tratavam como rei), respondeu-me que tinha o privilégio de marchar à frente dos outros quando iam para a guerra. A minha pergunta: quantos homens o acompanha? Mostrou um terreno como para dizer: o que cabia naquele espaço, cerca de cinco mil homens. Indaguei ainda se nas épocas de paz ele conservava alguma autoridade, e disse-me: “Quando visito as aldeias dependem de mim, abrem-me caminhos no mato para que eu possa passar sem incômodo”. Tudo isso é, em verdade, interessante, mas, que diabo, essa gente não usa calças. (Cf. Montaigne, 1972, pp. 109-110)



Figura 25. Equarrissage .

Atualmente é comum encontrar historiadores, antropólogos e sociólogos que defendem a importância de uma obra literária como testemunho importante e que pode ser similar a qualquer um outro tipo de representação textual de cunho documentativo, notadamente em estudos da história social e das mentalidades. Ainda que se considere a riqueza e importância da obra literária como testemunho de uma época ou de um acontecimento, se torna importante alertar para os aspectos acima ressaltados. Isto porque a obra literária, mesmo se tratando da poesia Geórgica — estilo literário pertencente ou relativo a Virgílio, poeta latino (70-19 a.C.), ou próprio dele —, acerca da agricultura pode conter uma

historicidade no seu discurso, mas a obra em si não tem o caráter documentativo acima referido. No entanto, no nível estrito do sentido do discurso, isto é, quando ressaltado a historicidade do mesmo, tanto a fonte documentativa quanto qualquer obra literária podem ser classificadas como uma fonte testemunho. Como exemplo disso são as palavras de Jorge Amado em “A Descoberta da América pelos Turcos”, ao assim dizer:

(...) deve-se levar em conta que, por interessados, os tratadistas peninsulares são suspeitos, para eles existem apenas, a louvar e a engrandecer, os feitos e as figuras de espanhóis e portugueses, Cristóvão Colombo, Américo Vespucci, Vasco da Gama, Fernão de Magalhães e outros porretas: castelhanos e lusos do melhor calibre, da mais alta linhagem cristã, do mais puro sangue, os destemidos, os indomáveis heróis. Para começo de conversa vale recordar que, armados de papéis de nascimento e testemunhas, publicistas italianos reivindicam para a outra península, a carcamana,¹⁴ a glória de ter sido o berço de Colombo e de Vespucci: daquele que descobriu e daquele que se aproveitou e com o seu nome rotulou terras do ignoto. Outros papéis, outras testemunhas, os espanhóis rebatem, vá-se lá saber quem tem razão, carimbos nos papéis se falsificam, compram-se testemunhas com vil metal. Se os espanhóis merecem pouco crédito, menos ainda merecem os italianos, como se comprova facilmente com avigalice de Vespucci. E dos vikings, que dizer? Muito atrapalhada a descoberta. (Cf. Jorge Amado, 1994, pp. 3-4)

No trecho acima, o autor atribui valor literário aos personagens históricos, reais, além de criar outros que são imaginários e próprios da escrita literária, cuja explicação mais detalhada sobre as diferenças dos mesmos está no capítulo III. Na medida em que for desenvolvendo os demais capítulos, naturalmente vai se demonstrando que a obra literária, bem como qualquer outro testemunho, desempenha muito bem os seus papéis na análise do discurso, apenas no referente aos aspectos que ambas têm de comum como fonte testemunhos.

Tais aspectos não devem ser tomados por qualquer que seja a formulação teórica adotada em uma dada pesquisa, pois isso poderá provocar distorções graves na construção do objeto estudado. Por isso, classificar-se-á como fontes testemunhos, o conjunto das representações que reúnem em si, seguindo um padrão específico de hierarquia, caracteres naturais de uma

¹⁴ Cf. HOLANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbete: carcamano. Alcinha jocosa que se dá aos italianos em vários estados; latacho, macarrone. Maranhão: alcunha que se dá aos árabes em geral. CE.: vendedor ambulante de fazendas e objetos de armarinho.

categoria específica, tais como Leis¹⁵, Cartas régias,¹⁶ Provisões, Alvarás,¹⁷ Inventários, Escrituras, etc.

Ainda de acordo com o procedimento acima, considera-se também os textos da historiografia clássica e/ou atual, as crônicas memoriais, representações gráficas e textos similares que revelem assuntos relacionados com o tema em apreciação. Quanto ao que foi referido acima sobre a escrita da ficção literária — romance, poesia, teatro, etc. — segue-se aqui a linha de argumentação feita por Chaloub/Pereira, ao atinadamente definirem que

(...) o bê-á-bá do ofício de historiador social é o mesmo, na análise da fonte literária, parlamentar, jornalística, jurídica, iconográfica, médica, ou seja lá o que mais. (...) E firmado esse princípio geral (posto rudemente: a investigação da fonte literária não é, por natureza, nem mais nem menos complexa do que a interrogação de qualquer outro testemunho histórico; novamente, a literatura não “transcende”), é preciso ponderar as características específicas da fonte literária. E aqui as primeiras perguntas do historiador são: “De que literatura se está falando? Quais as suas características específicas? Como determinado autor — ou “escola” — concebe a sua arte”. Esse parece ser um ponto de partida obrigatório para esclarecer a estrutura de uma obra literária como testemunho histórico; uma “determinação objetiva” de tipos de evidência. Ao invés de pensar, de forma essencialista ou idealista, nas relações entre “literatura e história”, o que nos interessa é inserir autores e obras literárias específicas em processos históricos determinados. (Cf. Chaloub e Pereira, 1998, pp. 7 – 13),

Nos últimos anos esta tendência vem se disseminando no meio acadêmico brasileiro, e o exemplo mais recente de livro que utilizou também

¹⁵ As leis que muitas vezes se instituía carta, cartas de lei, cartas patentes, continham providências que deviam ter efeito por mais um ano. Começavam pelo nome o rei, com todos os seus títulos, eram assignadas “Rei”, com guarda ou cétras [escudo revestido de couro, pelo monarca e referendadas pelo Secretário de Estado ou, quando expedidas em resolução de consulta, pelo presidente ou por dois ministros do tribunal consulente. A assinatura do Secretário ou do presidente se lançava por cima e a do ministro por baixo da subscrição, que era um sumario ou extrato posto no fim de todos os diplomas sujeitos à assignatura real, sob pena de nulidade. Eram publicadas na Chancelaria Mór da Corte e Reino. Cf. Legislação portuguesa relativa ao Brasil. (IHGB, Lata 490, Pasta 56, texto incompleto, s/d.).

¹⁶ As Cartas Régias começavam pelo nome da pessoa ou da autoridade a quem eram dirigidas, depois do que se dizia “Eu el-Rei vos envio muito saudar.” Eram assignadas “Rei” e costumavam remeter-se fechadas, em aviso do Secretário de Estado. Continham algumas vezes disposições legislativas, como os rescriptos dos imperadores romanos. ((IHGB, Lata 490, Pasta 56, texto incompleto, s/d.).

¹⁷ Os alvarás que também se denominavam provisões régias, provisões em forma de lei, principiavam pelas palavras “Eu el-Rei,” eram assignadas “Rei” (=, sinal da cruz) e, como as leis, referendados e publicados. Continham disposições cujo efeito não devia durar mais de um anno, salvo clausula em contrario e, nesse caso, eram leis perpetuas, com o nome de alvará de lei, com força de lei, ou em forma de lei. (Cf. Legislação Colonial. IHGB, Lata 490, Pasta 56, texto incompleto, s/d)

documentos similares aos acima citados, é *Terra Prometida: Uma História da questão agrária no Brasil*, de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva. Este livro *já nasceu clássico* e, de certa forma, complementa grande parte do dito e não dito nesta tese. Em consonância com a concepção teórica da análise do discurso, as fontes testemunhos, cujo significado, tanto no *senso comum*, quanto nas suas formulações semânticas, segundo autores clássicos e dicionários consultados, apresentam diferenças sensíveis. Num primeiro plano, o significado de testemunho deriva-se da linguagem jurídica, *grosso modo* conceituado como

(...) *declaração que se faz em juízo; depoimento de testemunhas. [Prova, signal, indício, vestígio: Como TESTEMUNHO das velhas regalias populares nas crises grandes de Portugal (Camilo C. Branco). Testemunho de consciência. O sentimento e o conhecimento que cada um tem em si da verdade ou da falsidade de uma cousa, ou da bondade ou maldade de um acto. Testemunhas dos sentidos. O que conhecemos pelos sentidos: e podereis ainda permanecer-vos contra o preceito do Senhor, que vos manda não julgar segundo o TESTEMUNHO em vossos OLHOS, e ainda menos depois das relações dos outros? (Mont'Alverne). (Cf. Encyclopedie e Dictionário Internacional "Jackson", s/d, verbete testemunho)*

A opção pelo conceito de fontes testemunhos deve-se, de fato, não ao seu senso comum, mas sim, aos fundamentos que valorizam

(..) *a experiência e o raciocínio, uma das principais causas do conhecimento. É a condição da instrução do homem pelo homem. É a base da justiça organizada. Funda a história. Torna certa, em todas as sciencias, a transmissão de todas as descobertas. Não deve ser confundida com a auctoridade; mas baseia-se na palavra do seu semelhante. Há uma crítica legítima do testemunho: Em primeiro lugar deve ter-se em conta a verosimilhança ou inverosimilhança do fact attestado, sem fazer da sciencia própria um juízo **á priori** do que é referido e que não verificamos pessoalmente se era ou não real. A testemunha deve ser examinada em si mesma. Viu o que conta? Estava em estado de o comprehender? Não teria alguma razão para se enganar, favorecendo ou desfavorecendo, ou de nos enganar deliberadamente? Os documentos escriptos devem ser examinados em si mesmos: em primeiro lugar si são authenticos; depois propor sobre os auctores todas as perguntas que devem resolver-se a propósito das testemunhas. (Cf. Encyclopedie e Dictionário Internacional "Jackson", s/d, idem)*

Da mesma forma, para ratificar o referido conceito, tomou-se por base o clássico *Vocabulário Técnico e Crítica da Filosofia* de André Lalande, que assim o define:

(...) **D. Zeuguen.** *Em todos os sentidos. Que diz respeito ao testemunho, ou que repousa sobre o testemunho. Prova testemunhal; ciência testemunhal. (...) A. Ato de uma pessoa (testemunha) que atesta um fato de que ela teve diretamente conhecimento, ou que descreve em objeto que ela própria percebeu. No sentido figurado: "o testemunho dos sentidos, da consciência."(A palavra, neste sentido, tem sempre uma conotação favorável.) B. Texto ou conteúdo dessa declaração. Chama-*

se **crítica do testemunho**: 1º, ao exame sistemático de um testemunho histórico ou jurídico, tendo em vista a apreciação do seu valor; 2º, à ciência que tem como objetivo determinar as regras gerais e as operações essenciais desse exame. **C. Prova ou marca de um fato**: “Que respondeis... a testemunhos tão evidentes, não só de declarações mas também de ações particulares, mas de toda a seqüência de uma vida...?” Pascal, XVI Provincial (ed. Brunshvig, VI, 261-262.) (...) Os termos citados no início deste artigo representam as idéias que não correspondem exatamente a divisão que nós adotamos: **testimony** é o termo de formação erudita que corresponde ao latim **testimonium**; tem um sentido muito geral. Ver, por exemplo, HAMILTON, Logic, II, 177. Testimonial é um atestado escrito, um certificado. **Evidence** é primeiro aquilo que manifesta alguma coisa ou a torna evidente, portanto, uma prova válida (por exemplo, MILL, Logic, III, xxi, 1); em seguida, aquilo que **seria da natureza** a provar alguma coisa, aquilo que **tende** a prová-la, sem mais; portanto, um simples testemunho, suficiente ou insuficiente, verdadeiro ou falso; por exemplo: BENTHAM, **Rationale of Judicial Evidence** (princípios racionais da prova jurídica); é o sentido mais freqüente. Finalmente, a palavra design algumas vezes a própria testemunha. **Witness** é primeiramente um termo abstrato, saber, conhecimento, transposto para aquele que “é testemunho” de uma coisa, que assiste a ela, que, por conseguinte, tem dela um conhecimento direto. Finalmente, **record** quer dizer propriamente recordação (antigo francês, **recorder**, **se recorder**); de onde relato (**geralmente relato escrito**), memória, memorando. (Cf. Lalande, 1996, pp. 1135-1136)

O Vocabulário Portuguez Latino de Raphael Bluteau e os dicionários de Eduardo Faria e de Antônio de Morais Silva dão a mesma definição do Lello. Também de acordo com o professor Antônio Cândido de Mello e Souza

(...) *uma obra é uma realidade autônoma, cujo valor está na fórmula que obteve para plasmar elementos não-literários; impressões, paixões, idéias, fatos, acontecimentos, que são a matéria-prima do ato criador. A sua importância quase nunca é devida a circunstância de exprimir um aspecto da realidade, social ou individual, mas à maneira por que o faz. No limite, o elemento decisivo é o que permite compreendê-la e apreciá-la, mesmo que não soubéssemos onde, quando por quem foi escrita. Esta autonomia depende, antes de tudo, da eloqüência do sentimento expressivo, cuja síntese constitui as suas fisionomias, deixando longos pontos de partida não-literários. (Cf. Mello e Souza, 1981, p. 34)*

Historicamente, o conceito de fonte testemunho começa a se difundir a partir no momento em que se redefine o tradicional conceito positivista de documento. Este era valorizado não pela importância da sua historicidade, mas sim pela *verdade* absoluta, acrílica e ahistórica dos enunciados regedores dos seus discursos. Mostra Burguière que as primeiras críticas documentais surgem no século XVII (1681), com a publicação de *De re diplomatica*, por Masbillon. Essa crítica é retomada no final do século XIX, e, sobretudo, a partir dos anos de 1930, pelo historiador francês Marc Bloch, o qual, rigorosamente dá a seguinte definição de testemunhos:

(...) o historiador não põe à direita as boas testemunhas, à esquerda as más. A seus olhos, não há bons testemunhos a que se entregue de uma vez por todas, abdicando do seu controle. Por ser exacto em certos pontos, um depoimento não é necessariamente puro de erros. Não há maus testemunhos. Um relato muito imperfeito pode encerrar informações úteis. Suponhamos que temos a descrição de uma batalha por um dos oficiais que nela tomaram parte. Podeis ter a certeza de que, mesmo nos casos menos favoráveis, não serão falsos do princípio ao fim. Há factos que ninguém pode ignorar nem dissimular. O menos sincero dos austríacos não negará que em Austerlitz a França saiu vitoriosa. Por outro lado, por mais amigo da verdade que seja o nosso autor, por mais fiel que seja a sua memória, terá os seus pontos fracos. Não terá visto tudo pessoalmente... (Cf. Bloch [1998], p.25)

Muitos são os exemplos dessa natureza, mas, citando apenas alguns outros transparentes, tem-se as obras de um outro historiador francês, Lucien Febvre, contemporâneo do acima citado. Nas obras de Febvre, também se pode observar que o que ele considera fontes testemunhos significa a realização de um determinado estudo no qual exista uma interação entre as diversas disciplinas, porém deixa sempre claro que não se trata de generalização nem também de interdisciplinaridade.

Por fim, em 1986, Burguière vai dizer que

(...) com o questionamento da noção de fato histórico a análise dos testemunhos evoluiu radicalmente. Em primeiro lugar, o único apoio do testemunho deixou de ser o documento escrito, tendo testemunhos materiais (arqueologia, etnologia) e testemunhos orais passado a fazer parte integrante, em nossos dias, dos elementos de investigação do historiador. Por outro lado, a antiga metáfora que fazia do historiador um juiz de primeira instância que determinava o grau de veracidade transformou-se a partir do momento em que a história das mentalidades passou a chamar a atenção para a riqueza dos testemunhos errôneos ou, pior do que isso, dos testemunhos falsos. A noção sofreu assim uma transformação decisiva; já não se trata de apurar se os crimes das feiticeiras foram supostos ou reais, se devemos encarar com precaução o testemunho dos juizes. A crença na realidade dos fenômenos tornou-se em assunto de estudo e sua falsificação inconsciente (ver o exemplo dos Benandanti analisado por Carlo Ginzburg) é tão rica em ensinamentos quanto o testemunho mais verídico. O historiador desvencilhou-se do testemunho "positivista" para fazer de cada aspecto, de cada elemento da realidade um testemunho potencial. (Cf. Buguière, 1993, p. 743)

Segundo esta concepção de fontes testemunhos, é possível compreender que os diferentes assuntos tratados no texto devem ser sempre uma espécie de complemento, de enriquecimento e aprofundamento do tema central do estudo, pois é este que vai trazer à luz a complexidade do objeto estudado. Ressalta-se que no conjunto desses testemunhos inclui-se também os referentes à iconografia apresentada nesta tese, que é composta de vários motivos, entre os

quais encontram-se formas de representações cosmológicas do Universo e cartográficas da Terra.

As fontes referentes às representações cosmológicas têm como objetivo visualizar como as suas constituições eram imaginadas e, de certa forma, materializavam-se através de mapas cartográficos do período aqui estudado, e que podem ser visualizados nos exemplos apresentados. Esses aspectos se tornam importantes serem ilustrados, porque a concepção que se tinha — segundo os princípios bíblicos ainda nos saberes cultos daquela época — era de que tudo que existia na Terra, incluindo aí os seres humanos com todos os seus saberes, conjecturava-se ser uma complexidade organizada em unidades. Mas a existência dessa complexidade e todos os movimentos das suas unidades dependiam da misteriosa força do Universo, pois este fora criado e continuava sendo guiado por um Deus onipotente e onipresente. Destarte, a partir da segunda metade do século XIV até aproximadamente o início do século XVIII — período este pontilhado por inúmeras agitações políticas, econômicas e sociais, tais como as que levaram, no campo das idéias da reforma e contra-reforma religiosas e outras mais que serão sumariamente comentadas nos capítulos IV e V — transmutava-se a antiga e medieval ciência greco-romana à nova ciência renascentista iniciada com Nicolau Copérnico (1473-1543), e Ramus (1515-1572)



Figura 26. Retrato de Ptolomeu¹⁸



Figura 27. Retrato de Copérnico¹⁹

No cenário da História da Ciência, Copérnico é considerado o primeiro astrônomo que deu um grande avanço na teoria Cláudio Ptolomeu, que era conhecido e respeitado no Velho Mundo como o pioneiro da representação cartográfica cilíndrica do mundo. A sua teoria está apresentada em sua obra geográfica, o *Almagesta* (que será melhor apreciada no capítulo VI deste estudo), cuja representação cosmológica do Globo terrestre situava-se nas dimensões do mundo mediterrâneo. (Cf. Brandão, 1999). Cláudio Ptolomeu foi astrônomo, matemático e geógrafo grego (século II da era cristã), cuja teoria cosmológica e/ou geocartográfica influenciou, de um modo geral, todas as demais ciências medievais, em particular, a náutica europeia medieval e renascentista. Vários

¹⁸ Figura 26. Retrato de Cláudio Ptolomeu com um quadrante na mão, reproduzida do grande mapa-múndi de Waldseemüller, de 1507, em que aparece pela primeira vez nome de América (Prof. Fischer und Prof. Wieser, *Die älteste Kart mit dem Namen Amerika aus dem Jahre 1507...des M. Waldseemüller*, Innsbruck, 1900, mapa nº 3). (Cf. Luciano Pereira da Silva, Apud Malheiro Dias, op. cit., p. 46).

¹⁹ Figura 27. Retrato de Copérnico, gravado no seu livro *De Revolutionibus Orbium Cælestium*. In: *Os Pensadores* (Bruno, Galileu, Campanella). São Paulo: Abril Cultural, 1978.

estudos mostram que Ptolomeu foi formado na doutrina da escola de Alexandria (séc. III a.C. ao séc. III), cidade essa

(...) que tem a forma de uma clâmide²⁰, dizem os antigos viajantes a respeito de Alexandria. Nesse retângulo quase perfeito, entre o mar e o lago Mareóti, o bairro do palácio ocupava um quarto, talvez até um terço, do total. É um palácio que veio se ampliando com o tempo: já Alexandre o quisera grandioso, e, a seguir, cada soberano lhe acrescentou um novo edifício ou um novo monumento". (Cf. CANFORA, 1989, p. 18).

Além da sua grande cultura filosófica da antigüidade ocidental, Alexandria apresentou um sistema de biblioteca mais sofisticado até então, e um grande desenvolvimento no campo da ciência náutica. No referente ao sistema da Biblioteca de Alexandria, a mais famosa da Antigüidade ocidental, segundo diz Canfora, os soberanos daquela cidade haviam estabelecido que a Biblioteca deveria receber os livros de *"(...) todos os povos do mundo"*, e que para formar o acervo da mesma *"seria necessário um total de 500 mil rolos"*. (idem, ibidem) Diz ainda Canfora, que tudo o que foi escrito em seu livro baseou-se na narrativa *"(...) de Hecateu num livro quase romanesco, intitulado Histórias do Egito"* (Idem, p. 16), inclusive a planta da referida Biblioteca, demonstrada na figura vem a seguir:

Vê-se através da leitura do livro de Canfora, que é possível inferir que a própria concepção da estrutura arquitetônica da Biblioteca baseou-se nos fundamentos filosóficos de Alexandria. Além disso, essa cidade se destacou como a pioneira de então no campo da ciência náutica, cujo representante máximo foi Cláudio Ptolomeu. A sua teoria cosmológica e/ou cartográfica (admitia ser a Terra o centro do Universo, em torno da qual giravam todos os astros), só começou a ser questionado de fato, a partir do surgimento do sistema coperniano (Nicolau Copérnico (1473-1543). Em outros ensaios em andamento se verá como o sistema ptolomaico exerceu grandes influências no saberes náuticos europeus, em particular a partir do século XV, tanto na Escola de Sagres, em Portugal, quanto na de Cádiz, na Espanha. Quanto a Ramus, que foi citado ao lado de Copérnico, segundo a descrição do verbete sobre o mesmo na ENCYCLOPEDIA

²⁰ Manto dos antigos gregos, que se prendia por um broche ao pescoço ou ao ombro direito

E DICIONARIO INTERNACIONAL JACKSON (s/d, p. 9556), diz que se chamava

*(...) Pedro La Ramée, mais conhecido pelo nome latino de Petrus. Humanista e filósofo francês, nasceu em Curth (Vermandois) em 1515, morreu assassinado em Paris em 1572. Era filho de um gentilhomem[nobre] arruinado e conseguiu, à força de trabalho, fazendo de dia as funções de criado no collegio de Navarra e passando as noites a estudar, fazer-se receber mestre em artes sustentando opiniões, muito paradoxo para a época, respeitante a Aristóteles e a sua filosofia: tudo que Aristóteles disse é falsidade e mentira. Deu ainda uma forma mais precisa às suas idéias quando publicou as suas duas obras: Dialecta partitiones e Aristotelica animdversiones. A Sorbonne agitou-se e, depois de Ter proposto uma discussão pública, que Ramus recusou por causa da parcialidade dos juizes, levou o caso para o conselho do rei, que condenou Ramus. Contudo, em 1545 o diretor do collegio de Presles convidou-o para o substituir; em 1547, Henrique II cassou a sentença da Sorbonne, e em 1551, graças ao cardeal de Lorena, ele obteve uma cadeira de filosofia e de eloquência no Collegio real (Colégio de França). Depois do colóquio de Passy, Ramus lançou-se na Reforma e teve de abandonar a sua cadeira, retomando-a somente no período de aclamação que se seguiu à paz de Amboise, desde 1563 até 1567. Em 1568 empreendeu uma viagem à Alemanha e por toda a parte lhe fizeram os mais brilhantes oferecimentos para o reterem. Após a paz de Saint-Germain (1570) voltou a Paris, e, decorrido dois anos, uns assassinos assalariados por Charpentier, seu impecável inimigo, mataram-no no college de Paris, na terceira das jornadas de S. Bartolomeu. Proclamada a razão, em lugar da autoridade, como critério de verdade,(...). Além das obras já citadas, mencionamos ainda as suas gramáticas latina, grega e francesa, e os seus livros de matemática: *Scholæ phisica e Scholæ mathematica*.*

Copérnico que viveu exatamente no auge das inovações humanísticas/renascentistas e da organização do capitalismo mercantilista, reconheceu que o movimento planetário observado poderia se deduzir com o mesmo grau de exatidão a partir do seu sistema ou do sistema de Ptolomeu. A contribuição de Ramus à ciência moderna, embora seja muito pouco estudado, tem uma importância singular por ter sido considerado um antecessor de René Descartes (1596-1650), filósofo francês que em novembro de 1619 teve três sonhos e por isso passou a acreditar que fora “(...) *chamado pelo Espírito da Verdade, a reconstituir o conhecimento humano, de tal forma que este encarnasse a certeza apenas possuída pela matemática*”. (Losee, 1998, p. 99).

Descartes ficou conhecido como o marco da filosofia e da ciência moderna, ao proclamar a razão como critério de verdade no lugar da autoridade. Mas essas características já estavam presentes nas obras de Ramus que aparece inúmeras obras de História da Filosofia como o pioneiro do racionalismo pré-

cartesiano. Descreve ainda essas obras, que a teoria de Ramus provinha do seu espírito turbulento e crítico impetuoso às teorias filosóficas, físicas e matemáticas de Aristóteles ainda muito usadas no século XVI. Dedicou-se à pesquisa lingüística e gramatical, foi considerado por Michel Foucault como o principal modernizador da estrutura gramatical francesa de todos os tempos.

Por estar se tratando **neste e em outros ensaios de minha autoria sobre conceitos de saberes,**²¹ **faz-se aqui uma síntese sobre a seqüência lógica do saber científico-filosófico do século XV ao início do XVIII.** Esta seqüência deveria começar por Leonardo da Vinci (1452-1519), pela sua atuação como um dos primeiros formuladores da estrutura do saber científico moderno, mas como o presente estudo não é um estudo de história da filosofia, começa com a teoria copernicana. Esta foi seguida mais de perto por Tycho Brahe (1546 -1601) e Galileu (1564-1642), assim como também por Kepler (1571-1638) e Newton (1642-1727). Baher, por exemplo, além de ter sido uma espécie de orientador de Kepler, o convidou para ser o Matemático Imperial de Praga, e compilou ainda uma grande quantidade de dados sobre as estrelas, os quais depois foram utilizados por Kepler em suas pesquisas astronômicas.

Galileu, ao defender o sistema de mundo proposto por Copérnico — e por isso foi condenado pela corte de Roma como herege —, é o primeiro cientista que marcou, de fato, o momento da transmutação entre a concepção cosmológica fundada nos fundamentos escolásticos e na teoria ptolomáica, e na moderna. Passando as noites observando com o seu tubo ocular as estrelas e demais manchas no céu, e que não tinham sido observados pelos seus antecessores, Galileu terminou por descobrir quatro satélites de Júpiter que giravam em torno da terra.

Por este lado, ele marca uma ruptura do saber em relação aos saberes científicos anteriores, mas por outro, continua no mesmo pensamento *linear* dos seus antecessores, uma vez que acreditava na concepção bíblica da criação do

²¹ *Este assunto será retomado de forma concisa no capítulo VI. O uso do astrolábio e demais instrumentos de marear com complemento à percepção do Universo .*

mundo por Deus e no sistema cosmológico copernicano. No campo do saber científico, Galileu considera que este é dual, e sobre isto diz Losee que na

(...) análise de Galileu está implícita uma distinção entre dois estádios de avaliação das interpretações em ciência. O primeiro estádio consiste em demarcar as interpretações científicas das não científicas. Galileu concordou com Aristóteles em que isto é uma questão de circunscrever o objeto da ciência de forma apropriada. O estádio segundo é determinar a aceitabilidade das interpretações que são classificadas como científicas. (Cf. Losee, Op. Cit, p. 80)

Um dos aspectos desenvolvidos por Galileu e que de certa forma não deixou de influenciar o sistema de navegação marítima da época foi a sua teoria sobre os movimentos das marés. Embora essa já fosse conhecida e a sua preocupação principal era demonstrar a teoria sobre o movimento da Terra,

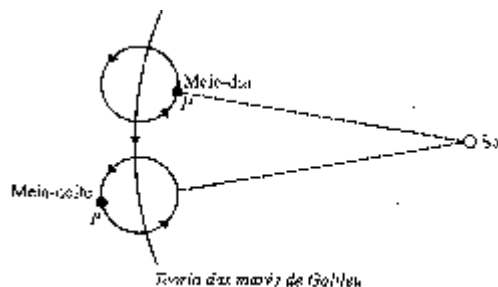


Figura 28. Teoria das marés de Galileu²²

e para essa comprovação desenvolveu a teoria do pêndulo, procurou constatar a que essa conhecida teoria das marés tinha o seguinte funcionamento, segundo o seu esquema acima à direita.

Embora Galileu tenha posto no papel o que já era conhecido pelo senso comum sobre o movimento das marés, como mostra a figura ao lado, ele deu grande contribuição aos novos saberes sobre Cosmologia e Natureza. No século XVII, em relação aos autores que lhes precederam. Mas no entanto, foi buscar os fundamentos básicos para elaborar o seu novo método científico no pensamento dos clássicos gregos e de Copérnico, como mostra Losee ao assim dizer:

(...) todavia, um aspecto mais importante do compromisso arquimediano-platônico de Galileu foi o realce que deu ao valor da abstração e idealização da ciência. Tratava-se do reverso da medalha do seu desejo de explicar discrepâncias entre teoria e observação. (...) grande parte do sucesso de Galileu em física pode atribuir-se à sua capacidade de resolver várias complicações empíricas a fim de trabalhar em conceitos idealizados, tais como “queda livre no vazio”, “pêndulo ideal” e “movimento em atrito de um barco com o oceano”. (Idem, p. 87)

²² Figura 28. Teoria das marés de Galileu. In: Losee, Op. cit., p. 86.

Ao Exaltar a teoria de Copérnico, Galileu foi também um crítico inflexível da teoria de Tycho, apresentada no *Tratado sobre o Cometa de 1577*, e de Kepler (Cf. Galileu, 1978, p. 104-218), sobretudo porque este último foi discípulo e colaborador do primeiro. Essa polêmica permaneceu por alguns anos, até que no final Kepler passou a aceitar algumas das teses de Galileu. Portanto, não se deve considerá-lo como um seguidor deste, mas sim, como foi mostrado acima, de Tycho.

Mesmo considerando essa complexidade, as teorias acima não chegaram a um apuramento científico que indicassem para a probabilidade de uma ruptura, ou dessem algumas coordenadas para uma possível revolução científica do mundo, como a que foi enunciada por Newton no início do século XVIII. Se Galileu não deu esse passo, menos ainda deu Kepler, que não havia se desvinculado totalmente dos princípios da filosofia greco-romana antiga, sobretudo, quanto aos fundamentos platônicos que marcaram o auge da escola de Alexandria. Losee mostra a presença desses aspectos em Kepler, dizendo que

*(...) a orientação pitagórica trouxe dividendos substanciais para a investigação astronômica de Johannes Kepler. Kepler acreditava que era significativo existirem apenas seis planetas e apenas cinco sólidos regulares. Como ele acreditava em Deus criara o universo de acordo com um modelo matemático, tentou correlacionar as distâncias dos planetas ao Sol com estas figuras geométricas — Ninho de sólidos, apresentada no capítulo VI, item 6.1.1.1 No **Mysterium Cosmographicum**, livro publicado em 1596, anuncia com algum orgulho que havia conseguido vislumbrar o plano da criação de Deus. Kepler mostrou que as distâncias dos planetas ao sol podem correlacionar-se com os raios das calotas esféricas que estão inscritas e circunscritas num ninho de cinco sólidos regulares. A análise de Kepler era:*

Esfera de Saturno

Cubo

Esfera de Júpiter

Tetraedro

Esfera de Marte

Dedocaedro

Esfera da Terra

Icosaedro

Esfera de Vênus

Octaebro

Esfera de Mercúrio.

(Cf. Losee, Op. cit., p. 72)

Mas as modificações no campo do saber científico que ainda não representavam rupturas com o saber anterior, vinham sendo tangidas pela força

natural das ações conflituosas que estavam ocorrendo no conjunto da estrutura produtiva europeia de então. No campo dessas ações, manifestam-se também as classes subalternas através das várias crises agrárias europeias cujo exemplo principal é a guerra camponesa na Alemanha (1524). Ainda neste mesmo processo de reorganização da estrutura produtiva do mercantilismo em sua fase já bastante avançada, se dá também o processo de efetivação da adonação das terras e riquezas do Novo Mundo.

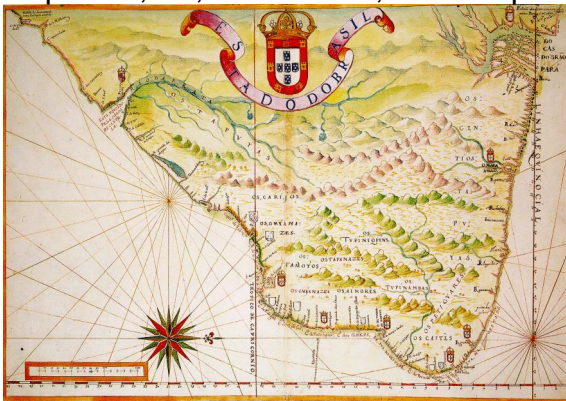


Figura 29. Mapa Terra Brasilis²³

Concluindo o que foi dito antes, os referidos aspectos serão confrontados à proporção que forem surgindo a partir do capítulo V ao IX. Mas é no capítulo VII e particularmente no VIII, com a análise do mapa *Terra Brasilis*,

²³ Figura 29. Mapa Terra Brasilis de Lopo Homem e os irmãos Renais. Original manuscrito sobre pergaminho, colorido: 35x50 cm, em f. 46x72 cm, (c. 1519), pertencente à Biblioteca Nacional de Paris. Este mapa será analisado no capítulo VIII desta tese. Por muito tempo ele vem sendo usado

cuja autoria é dos cartógrafos portugueses Lopo Homem e dos irmãos Pedro e Jorge Reinel. Esse mapa embora seja conhecido, ainda é muito pouco estudado pelos historiadores e demais profissionais que trabalham com tal matéria. Na análise destes mapas serão levantadas algumas questões sobre vários dos seus aspectos, e, finalmente, no capítulo IX, mescla-se a análise dos quase



Brasil que será citado a seguir, e outros
Figura 30. Mapa de Albernaz²⁴
 sobre as diferentes regiões brasileiras.

A sua obra não mais a risca a orientação do Tratado de Tordesilhas e nem mais as concepções cosmológica e geocartográfica de Cláudio Ptolomeu. No mapa do Brasil de Albernaz, aparecem à esquerda os marcos divisórios ao sul e à direita, ao norte, para indicar os dois pontos extremos da soberania portuguesa, cujo território, ao longo do litoral, está dividido em capitânicas. Cada capitania é

desconhecidos e pouco estudados os mapas de João Teixeira Albernaz, o velho, com as do Terra Brasilis e os demais fenômenos apresentados nos capítulos anteriores. Adianta-se aqui dizer que Albernaz elaborou o mapa do



Figura 31. Tratado de Tordesilhas²⁵

como ilustração de diferentes motivos, entre os quais o filme *O Descobrimento do Brasil*, de Humberto Mauro, em 1937 e a capa do disco *Terra Brasilis*, de Tom Jobim.

²⁴ Figura 30. Mapa do Brasil de 1631. Autoria de ALBERNAZ, João Teixeira, o velho (1602-1665). (In: Adonias, 1993, p. 57)

²⁵ Figura 31. Fólio primeiro do códice original do Tratado de Tordesilhas, em português, firmado por D. João III, existente no Arquivo das Índias em Sevilla, Espanha. In: Frei Vicente de Salvador, Op., cit., p. 268.

identificada com o escudo de arma do respectivo donatário, os nomes das principais nações indígenas e os de alguns engenhos de açúcar e fazendas de gado (os currais).

Quanto ao mapa Terra Brasilis acima mostrado e que será melhor analisado no capítulo VIII, alguns historiadores e geógrafos afirmam ser, com certeza, a primeira representação visual do primitivo espaço e sociedade brasileiros, assim como a economia de escombo do pau-brasil. Cabe ressaltar ainda que a série de mapas e demais ilustrações inseridas nos capítulos seguintes visam a construção de texto, no qual os testemunhos anunciados facilitem a habilidade e o desejo da mente em apreender com mais veemência os enunciados regedores de informações possíveis, de como era concebido nos séculos supracitados o conhecimento a respeito do Universo, da Natureza e dos demais aspectos interativos entre ambos.

Um desses aspectos é força da ação natural da própria transmutação dos saberes agrários brasileiros entre aquele século XVI que se fazia presente, até a segunda metade do XVII, que estava ainda por chegar. As fontes em apreço foram produzidas pelas *penas* daqueles ilustres cronistas abeberados nos cristalinos mananciais das belezas, dos confortos e das benesses da Corte portuguesa, da qual eles próprios foram vultos celebrados. Não pouco se justificava isto pelo seu brilho social como pelo seu louvor aos seus *padroados*. Tinham estes cronistas a missão e a função precípuas de registrar o cotidiano de seus protetores e do universo cortesão que os orbitava.

Valiosa e valorosa missão esta, com sabor e desfrute exercida por todos os cronistas, que levantavam as maravilhas passadas, exaltavam as grandezas presentes e vislumbravam no porvir o bem e as conquistas que um tal padroado haveria de propiciar à lusa nação. De onde lhes adviriam, a estes varões *notáveis* que conduziam a gente portuguesa, direta descendente de Baco, por seu filho Luso, tamanhas virtudes, tão excelsos atributos? De que fonte manariam tais maravilhas? Para nossos cronistas, nada difícil de compreender era tudo isto. Tais atributos eram deles apanágios e lhes vinham de seu acendrado amor a

Deus sobre todas as coisas, da defesa do reino, do respeito ao próximo, do desvelo em relação à Humanidade, de seu jamais descumprido compromisso de levar a todo o mundo, pela Cruz de Cristo, a fé cristã e o expurgo da injustiça reinante no mundo.

Varões previdentes que eram, muitíssimo bem sabiam eles da nobreza e da imperiosa necessidade de que tudo isso — que no porvir anteviam — se cumprisse, para honra do império luso e glória de Deus Nosso Senhor, que a todos guiava... Os soberanos e os que mais intimamente os cercavam bem exibiam, aos olhos de Deus e do mundo, sua fortaleza e magnanimidade, sua prudência e injustiça, sua capacidade de tudo saber de antanho, de interpretar os tempos que corriam e, mais que tudo, de descortinar os rumos dos homens, dos fatos e dos tempos, prevendo o devir, prevenindo riscos, provendo com sua providência, sua força e seu poder o futuro da glória lusitana. Neste sentido, viam e cantavam os cronistas seus padroados, justo motivo pelo qual, nesta tese, se os denomina *varões previdentes*.

Entre os muitos que ocuparam essa função de cronista junto à Corte portuguesa, um deles era Gomes Eanes de Zurara, melhor do que ninguém conhecedor de seu padroado e sabedor de como bem o louvar, mestre de seu ofício dizia em sua "Invocação do Infante D. Henrique":

*(...) Oh tu, príncipe pouco menos que divinal!
 (...) Tua glória, teus louvores, tua fama, encham assim as minhas orelhas e ocupam a minha vista, que não sei a qual parte acuda primeiro. Ouço as preces das almas inocentes daquelas bárbaras nações, em número quase infindo cuja antiga geração desde o começo do mundo nunca viu luz divinal, e pelo teu engenho, pelas tuas despesas infindas, pelos teus grandes trabalhos são trazidas ao verdadeiro caminho da salvação, as quais, lavadas na água do batismo e unidas com o santo óleo, soltas desta miserável casa, conhecem quantas trevas jazem só a semelhança da claridade dos dias dos seus antecessores. (Cf. Zurara, Crônicas da Guiné, cap. II, Apud Tarracha Ferreira [1993], P. 139).*

Discursos semelhantes são os dos demais cronistas que louvaram para toda a sociedade portuguesa e daí todo o mundo, *em toda parte*, para maior grandeza e glória daqueles que, *padroados* que lhes eram, por excelsas virtudes que neles os cronistas garimpavam e proclamavam os feitos e efeitos *notáveis* do pequeno Portugal. O contrário disso não aconteceu com as primeiras fontes

testemunhos das populações nativas brasileiras, ressaltando aí os seus saberes agrários. Elas foram produzidas de fora, ou seja, segundo as mesmas garimpagens e as proclamações desses cronistas, o que não é nenhuma novidade, pois os inúmeros estudos já demonstraram que a organização indígena brasileira de então não tinha alcançado ainda o estágio do registro gráfico dos seus conhecimentos. Só bem recentemente, isto é, a partir do momento em que as classes subalternas começaram a reivindicar os seus espaços políticos específicos, foi que os seus saberes passaram a fazer parte, ainda que minimamente, das referidas fontes testemunhos. Antes desse momento, quando por ventura se depara com algum dado sobre um determinado fenômeno dessa classe social, normalmente a sua narrativa prende-se mais à ideologia do escrevinhador que o registrou, do que à magnitude do evento em si. Destarte, no silêncio do sentido dos discursos dessas fontes, é normal identificar mensagens cujos enunciados regedores que visam destacar a *magnificação* ou *engrandecimento* de feitos e efeitos desses *varões providentes*, e não os daqueles que quotidianamente levavam a efeito as suas tarefas práticas mediante o emprego dos seus saberes inatos, e estes não devem ser interpretados como senso comum.

Se se procurar observar a *olho nu* esse intervalo de tempo, tem-se sempre a sensação de sê-lo vazio, mas “(...) *não é. Mesmo do ponto de vista da percepção, nós os sentimos, ele está lá*”. (Cf. Orlandi. 1997, p. 47). Mas “(...) *para torná-lo visível, é preciso observá-lo indiretamente por métodos (discursivos) históricos, críticos, des-contrutivistas*”. (Cf. idem, ibidem) Logo, esse vazio foi preenchido mediante à oposição das infinitas micro-ações praticadas no cotidiano. No entanto, para conhecê-las e interpretá-las dentro dos mínimos padrões para se fazer um julgamento sistemático e coerente, far-se-á necessário se valer de uma metodologia de pesquisa, cuja teoria seja capaz de situar, historicamente, os processos gerados por tal oposição. Só mediante um método com tais características poder-se-á sistematizar os conceitos, isto é, segundo à historicidade de uma ou do conjunto das referidas ações. Deve-se proceder dessa

forma por admitir — em função da qualidade operacional da referida metodologia —, que a proposição teórica considera que

(...) o conhecimento do fato é, na mesma média, o conhecimento do conceito. A análise científica dos fatos se diferencia precisamente do registro dos mesmos porque implica a acumulação de conceitos, implica a inter-relação de conceitos e fatos, ressaltando os primeiros. (Cf. Vigotski, 1996, p. 239)

E o que o Vigotski diz tem um forte fundo de verdade, da mesma forma também “(...) *Podeis aprender que o Homem é sempre a melhor medida...*”²⁶ para perceber que essa inter-relação se concretiza na vida real mediante o fenômeno da linguagem, quer seja através da historicidade do sentido do discurso das fontes testemunhos, quer seja pela manifestação da viva voz no cotidiano das pessoas. Sobre esse fenômeno, a proposição básica de Deleuze é esclarecedora por considerar que o

(...) que torna a linguagem possível é o que separa os sons dos corpos e os organiza em proposição, tornando-os livres para a função expressiva. É sempre uma boca que fala; mas o som cessou de ser o ruído de um corpo que come, pura oralidade, para se tornar a manifestação de um sujeito que se exprime. É sempre dos corpos e de suas misturas que falamos, mas os sons cessaram de ser qualidades atinentes a estes corpos para entrar com eles em uma nova relação, a de designação e exprimir este poder de falar e de ser falado. (Cf. Deleuze, 1998, p. 187)

E esse poder de falar e de ser falado será identificado no texto em construção a partir da *decodificação* das fontes testemunhos analisadas, no intento da conclusão da pesquisa ser uma narrativa de tendência histórica sobre um fenômeno que começou quando aumentaram os desejos dos europeus pelas coisas do Brasil — século XVI — e terminaram no auge desses desejos — segunda metade do século XVII. A partir desse momento, ampliam-se esses desejos até esgotarem-na quase que totalmente (segunda metade do século XVIII e início do XIX). A partir daí, excita-se o desejo da cultura que estava começando a se aquecer: a brasileira. Esta teve início a partir de um lento processo sucessivo de diferenciação da sua procedência, em particular quanto à nova estrutura político-econômica que hegemonicamente substitui à anterior, porém conservando quase que totalmente a *linearidade* daquela cultura geradora e então hegemônica.

Nesse contexto, compreende-se, por exemplo, a continuidade da linguagem oficial e hegemônica, a qual, por muito tempo, resistiu à inserção de outros campos lingüísticos que iam se formando no decurso das transformações econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade brasileira em construção.

Mas a resistência a qualquer que seja a mudança raramente é benévola à sociedade humana. No campo da linguagem, a resistência à mudança pode trazer consigo o risco de acarretar a não formação de uma língua universal, mas sim, a de uma espécie de dialeto ou de uma língua subordinada. Mas só quando uma língua tem caráter de língua universal, é que traz em si os fundamentos teóricos do saber culto e/ou popular, bem como as concepções de mundo, cultura e ideologia de uma sociedade também rigorosamente universal. Mas isso depende ainda de um fator determinante: a educação. Esta sim, em última instância é o fator determinante para que a construção de uma sociedade universal e desenvolvida não volte ao seu estado primitivo. Sobre tais aspectos, diz Gramsci:

*(...) é verdade que toda linguagem contém os elementos de uma concepção de mundo e de uma cultura, será igualmente verdade que a partir da linguagem de cada um, é possível julgar da maior ou menor da sua concepção de mundo. Quem fala somente o dialeto e compreende a língua nacional em graus diversos, participa necessariamente de uma intuição do mundo mais ou menos restrita e provinciana, fossilizada, anacrônica em relação às grandes correntes de pensamento que dominam a história mundial. Seus interesses serão restritos, mais ou menos corporativos ou **economicistas**, não universais. Se nem sempre é possível apreender outras línguas estrangeiras a fim de colocar-se em outro contato com vidas culturais diversas, deve-se conhecer bem a língua nacional. Uma grande cultura pode traduzir-se na língua de outra grande cultura, isto é, uma grande língua nacional historicamente rica e complexa pode traduzir qualquer outra grande cultura, ou seja, ser expressão mundial. Mas com um dialeto não é possível fazer a mesma coisa. (Cf. Gramsci, 1978, p. 13)*

Embora Gramsci tenha concepções teóricas sensivelmente divergentes das de alguns dos teóricos aqui citados, comparando a substância do seu discurso com a dos discursos lingüísticos de Benveniste e de Deleuze, por exemplo, encontra-se uma certa similaridade. Para Benveniste, o estudo da linguagem é a forma mais apropriada para se conhecer a essência do ser humano, sobretudo porque o homem enquanto ser bio-psico-social é um dos

²⁶ Cf. João C. de M. Neto, In: *Jornal do Comércio*. Recife, 04/03/1958.

fenômenos mais complexos da natureza, continua cada vez mais sendo objeto de descoberta. Da mesma forma, para Gramsci a linguagem é uma ferramenta eficaz para a compreensão da visão de mundo do homem, no contexto da sua época e das suas condições e/ou relações sociais. Uma outra posição parecida, embora esta se situe no âmbito da filosofia, é a de Deleuze, ao qualificar o fenômeno da linguagem proveniente da complexidade das relações sociais. Sobre isto, diz ele:

(...) uma sociedade qualquer tem todas as regras ao mesmo tempo: jurídicas, religiosas, políticas, econômicas, do amor e do trabalho, do parentesco e do casamento, da servidão e da liberdade, da vida e da morte, enquanto que a conquista da natureza em que ela se empenha e sem a qual não seria sociedade se faz progressivamente, de uma para outra fonte de energia, de objeto em objeto. Eis por que a lei pesa com todo o seu peso antes mesmo que saibamos qual é o seu objeto e em que possa jamais sabê-lo exatamente. E é este desequilíbrio que torna as revoluções possíveis; não que as revoluções sejam determinadas pelo progresso técnico, mas elas se tornam possíveis por este abismo entre as duas séries, que exige reorganizações da complexidade econômica e política em função dos avanços do progresso técnico. (Cf. Deleuze, 1997, p. 52)

De certa forma, uma parte da complexidade do presente estudo está na percepção dessa reorganização descrita por Deleuze e demais teóricos aqui citados. Uma reorganização que implica numa concepção interativa da multiplicidade dos enunciados regedores dos discursos das fontes testemunhos aqui analisadas. Embora isso pareça ser ambíguo, é por ser exatamente desse modo, que proporciona uma maior aptidão para organizar a reflexão sobre a dinâmica dos diversos processos em suas permanentes transformações e hierarquias diferenciadas. No caso específico do objeto desta tese, um dos seus graus de hierarquia pode ser revelado mediante a análise das *extravagâncias* naturais das ações praticadas pelos membros da sociedade da Corte portuguesa, partindo da *constituição da sua fidalguia comercial*, em 1385. As fontes testemunhos vêm apontando que a referida constituição fora marcada por múltiplos conflitos naturais, tanto os intrínsecos, quanto os extrínsecos à própria sociedade portuguesa, da data supracitada à segunda metade do século XVII.

Alguns desses conflitos estão superficialmente indicadas no segundo capítulo, e outros serão analisados com mais profundidade nos capítulos subsequentes. Quanto aos intrínsecos, são marcados por níveis de

particularidades próprias das classes hegemônicas, em particular, daqueles segmentos cuja hierarquia sócio-político-religiosa e cultural sobrevinha da herança escolástica. Os extrínsecos — que da mesma forma foram influenciados por essa herança —, significam o espírito de ganância pela adoração de riquezas e posse de coisas materiais, e são realçados mediante a relação das ditas classes com as diversas camadas subalternas limitadas às fronteiras do Império Ultramarino português de então.

Refletindo como o conjunto desses aspectos repercutiram na sociedade brasileira até o final do século XVIII — relevado pela língua portuguesa ainda em seu estágio de formação, no momento em que a língua mais usada no Brasil, sobretudo na sua faixa litorânea era o tupi-guarani, chamada na época de Língua da Terra —, nota-se, conforme mostra Favaro, que até o decorrer do século acima citado, no referente ao fenômeno da linguagem hegemônica e *culta* do colonizador (no caso do Brasil, o português) não tinha ainda sucedido “(...) *uma ruptura com a tradição gramatical do período escolástico...*” (Fávaro, 1996, pp. 15-51)

Assegura-se, portanto, que a não ruptura da linguagem tem uma interação direta com a da sociedade, pois ambas derivam-se de um mundo arcaico, no qual “(...) *tudo isto é fundamentalmente religião, vínculo do presente com outrora-tornado-agora, laço da comunidade com as forças que as criaram em outro tempo e que sustentam a sua identidade*”. (BOSI, 1992. p. 15) E foi dessa formação cultural, segundo Bosi, que se estruturou o projeto colonial português. A sua parcela estabelecida na América, se configurou segundo essas condições, e que certamente transmudara-se em uma outra cultura com traços psico-biológicos e culturais fortemente místicos, como são os da cultura brasileira ainda nos dias atuais. E como se vem procurando demonstrar neste capítulo, as fontes testemunhos serão aqui interpretadas não apenas pelo ângulo da sua estrutura lingüística específica, mas sim, pela ênfase à historicidade dos discursos das mesmas. Esta parece ser a variável que oferece menos obstáculos para decodificar os demais elementos que compõem a sociedade, visto que, nesta

perspectiva analítica, segundo a concepção de Benveniste, é possível considerar que tanto a sociedade, quanto a linguagem, para

(...) os homens são realidades inconscientes, uma e outra representam a natureza, se assim se pode dizer, o meio natural e a expressão natural, coisa que não podem ser concebidas como outras que não são e que não podem ser imaginadas como ausentes. Uma e outra são sempre herdadas, e não se imagina no exercício da língua e na prática da sociedade, neste nível fundamental, que tenha podido existir um começo tanto em um quanto em outro. Nem uma nem a outra podem ser moldadas pela vontade dos homens. O que os homens vêem mudarem, o que eles podem mudar, o que eles efetivamente mudam através da história, são as instituições, às vezes a forma inteira de uma sociedade particular, mas nunca o princípio da sociedade que é o suporte e a condição da vida coletiva e individual.(...) A língua pode ser encarada no interior da sociedade como um sistema produtivo: ela produz sentido, graças à sua composição que é inteiramente uma composição de significação e graças ao código que condiciona este arranjo. Ela produz também indefinidamente enunciações graças a certas regras de transformação e de expansão formais (...); é na prática social, comum no exercício da língua, nesta relação de comunicação inter-humana que os traços comuns de seu funcionamento deverão ser descobertos, pois o homem é ainda e cada vez mais um objeto para ser descoberto, na dupla natureza que a linguagem fundamenta e instaura nele. (Cf. Benveniste, 1989, pp. 93 – 104)

E esta dupla natureza, segundo um outro gênero de fontes testemunhos — no qual a linguagem consiste na variedade das descrições das ações e dos sentimentos de personagens fictícios e de uma realidade consolidada no plano artístico —, não é mais do que

(...) o modo como vou buscar a realidade; antes de minha linguagem, existe como pensamento que não se pensa, mas por fatalidade fui e sou impelido(a) a precisar saber o que o pensamento pensa. A realidade antecede a voz que a procura, mas como a terra antecede a árvore, mas como o mundo antecede o homem, mas como o mar antecede a visão do mar, a vida antecede o amor, a matéria do corpo antecede o corpo, e por sua vez a linguagem um dia terá antecedido a posse do silêncio. (...) A realidade é a matéria-prima, a linguagem é o modo como vou buscá-la – e como não acho. Mas é de buscar e não achar que nasce o que não conhecia, e que instantaneamente reconheço. A linguagem é o meu esforço humano. (Cf. Lispector, 1998, pp. 175-176)

Mas a linguagem tem ainda muitas outras características do que as apresentadas até agora, ou mesmo das demais que porventura possam vir a ser analisadas aqui. Pode ser até paradoxal a importância excessiva que está se dando no momento à problemática função da palavra e da linguagem, mas presume-se não o ser. Ambas constituem a parte orgânica do espírito humano que leva as associações simultâneas dos diferentes fatores ou acontecimentos que conduzem as reciprocidades e/ou incompatibilidades entre os diferentes

indivíduos, grupos ou classes sociais. O que está se propondo expor aqui ao discorrer sobre a referida problemática não é paradoxal, porque a ordem de grau e hierarquia do pensamento e da ação humana é o condutor que indica “(...) o *acontecimento no qual todos os acontecimentos se comunicam e se distribuem*”. (Deleuze, 1997, p. 59)

Por conseguinte, as proposições até então referidas, ainda que em níveis relativamente desprovidos de profundidade analítica, atendem, de forma particular, ao conjunto de elementos concretos e/ou abstratos. Melhor dizendo, dos pressupostos que *incutiram*, de forma mais ou menos evidente, à maneira de interpretar e/ou conceituar teoricamente o tema em pauta, de acordo com o que ficou definido no item 1 do capítulo em construção, ou seja, a partir de possíveis aplicações da análise do discurso. Em particular, ela se intercala visível e coerentemente com a reciprocidade da memória do dizer (ver Orlandi, capítulo I, item 1), mesmo que essa memória seja produzida por matrizes ideologicamente adversas, como os exemplos sobre possíveis explicações de fontes testemunhos apresentados neste capítulo.

2.1 O *valor* da palavra no discurso prende-se à historicidade das fontes testemunhos

“Agora só espero a despalavra: a palavra nascida para o canto — desde os pássaros. A palavra sem a pronúncia, ágrafa. Quero o som que ainda não liga. Quero o som gotejante da viola de cocho.²⁷ A palavra que tenha um aroma ainda cego. Até antes do murmúrio. Que fosse nem um risco de voz. Que só mostrasse a cintilância dos escuros. A palavra incapaz de ocupar o lugar de uma Imagem. O antemente verbal: a despalavra mesmo”.
(Manuel de Barros, 1998, p. 53.)

E a *despalavra* pode vir a ser síntese na qual comporta o silêncio, o desconstruir, a negação do pensamento ou a sucessão de idéias para pôr à disposição da percepção, fenômenos mais apurados sobre a interação silenciosa da palavra com a linguagem à compreensão da historicidade do discurso de um determinado texto. Mas já foi dito antes que se deve ter sempre em mente que apenas a compreensão da historicidade de um texto em si não dá conta de toda e qualquer realidade. Na medida do possível, a interpretação dessa historicidade deve ser vista sempre pela perspectiva interativa da historicidade da problemática enunciada no texto das referidas fontes, com a contextura dos infinitos acontecimentos da história, cuja complexidade é infinitamente superior à somatória de todos os acervos documentais existentes. Isto porque, de acordo com as palavras de Braudel,

²⁷ Nota de Manuel de Barros. *Estão registrados nas anotações antropológicas do mestre Roquete-Pinto os sons da viola de cocho. A expressão é conhecida entre os índios guarós da beira do Carcará. A viola de cocho é levinha e só tem quatro cordas feitas de tripa de bugio (1). É com ela que se acompanha o cururu, dança de origem indígena, disseminada entre os ribeirinhas do Cuiabá e do rio Paraguai.*

(1) Bugio, cf. HOANDA FERREIRA, Aurélio Buarque de. Op. cit. Verbete bugio: *guariba, macaco.*

(...) Como a própria vida, a história se nos aparece como espetáculo fugidio, movediço, feito de entrelaçamento de problemas inextincavelmente misturados e que pode tomar, alternadamente, com aspectos diversos e contraditórios. Como abordar e fragmentar essa vida complexa, para poder apreendê-la ou ao menos aprender alguma coisa nela? Numerosas tentativas poderiam nos desencorajar de antemão. Assim não mais cremos na explicação da história por este ou aquele fator dominante. Não há história universal. Não a dominamos exclusivamente, nem o conflito das raças cujos choques ou acordos teriam determinado todo o passado dos homens; nem sempre os poderosos ritmos econômicos, fatores de progresso ou de ruína; nem as constantes tensões sociais; nem esse espiritualismo difuso de Ranke pelo qual se sublimam, para ele, o indivíduo e a vasta história geral; nem o reino da técnica; nem o impulso demográfico, esse impulso vegetal com suas conseqüências de retardar sobre a vida das coletividades. O homem é complexo de outro modo. (Cf. Braudel, 1978, p. 22)

As palavras de Braudel reforçam mais uma vez o que foi exposto no item anterior, ao deixar entender que não há História Universal. A partir desse seu pensamento conclui-se que um livro, um documento oficial, uma música, um manual de instrução, um poema, uma pintura, por si só têm apenas apreços limitados e devem ser interpretados por um lado, de acordo com as suas historicidades; e por outro, como referenciais para se pensar no encadeamento das idéias de um assunto ou de um objeto em contemplação. Por isso, não existe uma história exclusiva, pois nem sempre se deve tomar, mesmo que seja a obra histórica mais completa ou complexa do mundo, como a Memória do Mundo²⁸ imaginada por Calvino, como um *breviário* de todas as verdades.

Neste sentido, quando possível for, deve-se permanecer inalteravelmente a idéia de que não se reconstitui o passado concreto da mesma forma como o foi construído, assim como não existe uma obra definitiva, no sentido de interpretação teórica desse passado. Pode-se, no máximo, elaborar explicações que a aproxime do mesmo. Desta forma, concebe-se aqui o significado de *reconstituição*, segundo Fernando Novais acuradamente descreveu sobre o período colonial brasileiro:

(...) reconstituir, no texto, as manifestações da intimidade na Colônia portuguesa, procurando articulá-las com as estruturas mais gerais da colonização, e, ao mesmo tempo, explicitar as peculiaridades desse processo, não é, por certo, nem de longe, uma tarefa fácil. Mas é ao mesmo tempo indispensável, para entendermos os contornos da privacidade no Brasil propriamente dito que, gestadas no interior da Colônia, desenvolvem-se ao longo dos séculos XIX e XX (...). Estamos, pois,

²⁸ Calvino, Italo. *Memória do Mundo*. Lisboa: Teorema, 1993.

plenamente conscientes das dificuldades de toda ordem inerentes à empreitada; ao aceitarmos o desafio, sabemos que provavelmente o desempenho ficará aquém das expectativas. (...) Nesse sentido, se procuramos reconstituir as manifestações da intimidade articuladas num quadro mais geral, a definição, ou melhor, o recorte desse quadro não pode ser "Brasil", e sim a colonização moderna em geral, situando-se a colonização portuguesa no Novo Mundo dentro desse contexto. Em suma, o antigo sistema colonial. No contexto da colonização, portanto, a privacidade vai abrindo caminho não só em contraponto com a formação do Estado, mas ainda com a gestação da nacionalidade. Fixado este ponto básico, tentemos um primeiro passo nessa aproximação, na busca das correlações entre as estruturas da colonização e as manifestações da intimidade. (Cf. Novais, 1997, pp. 14 – 20)

Pelo exposto até aqui já é possível perceber que o ponto alfa do objeto do presente estudo se aproxima da última frase, ou então de uma outra proposição reitora de Novais. Esta baseada no clássico livro de Marc Bloch: *Les Caractères Originaux de L'Histoire Rural Française* (Paris, 1952; VII-XVII), no qual Novais formula a sua proposição reitora para dizer que a “(...) *investigação de um dado segmento coloca problemas, levanta hipóteses para os demais, cuja análise muitas vezes, sistematicamente encetada, pode corrigir formulações do estudo inicial*”. (Cf. Novais, 1979, p. 6) Logo, tem-se aí um preposto que exige daquele que está procurando produzir algo no campo do saber histórico com sustância científica, que não basta ter apenas um espírito imaginativo limitado à observação, mas também perceptivo, criativo e interpretativo. Neste sentido, torna-se a posição acima questionável à de Bachelard ao dizer que “(...) *o espírito que imagina segue aqui o caminho inverso ao do espírito que observa*” (Cf. Bachelard, 1993, p. 160). E o presente estudo ajusta-se à primeira proposição visto que o espírito que imagina é o mesmo que observa, percebe, interpreta e materializa a criação sobre a problemática em observação.

No caso específico do estudo em pauta, a referida problemática será analisada a partir de uma série de fontes testemunhos específicas, e entre elas estão também algumas cartas geográficas e demais representações visuais sobre o objeto de estudo em construção. Ficou dito acima que no âmbito da linguagem visual será destacada a importância do mapa *Terra Brasilis*, cuja linguagem visual relaciona-se diretamente com o enunciado regedor da problemática básica da tese em apreço: a constituição e/ou transmutação dos saberes agrários brasileiros nos

séculos XVI e XVII. Da mesma forma, avalia-se também que a sua composição e/ou representação cartográfica não poderia ser diferente, visto que os referidos cartógrafos, bem como todos os demais que serviam às cortes europeias, exerciam o papel de meta-exploradores de uma determinada realidade a ser explorada e/ou adonada por outros exploradores reais, os que executavam a conquista, pois ambas as categorias estão

“(...) a serviço de uma visão organizada do que poderia ser encontrado (e busca), relacionar isso ao que já se conhece. Ao contrário de quem vaga ao acaso (...) o explorador encara-se a si próprio como contribuindo para o acervo de conhecimentos que ele antes avaliou. (Cf. Olson, 1997, p. 219, Apud Hale, 1968, p. 9, Apud Eisenstein, 1979, p. 477)

Uma hipótese remota e ainda muito pouco discutida é a referente às fontes testemunhos que os autores do mapa Terra Brasilis tomaram como base para confecção do mesmo. Certamente, no que se refere à configuração territorial descrita nesse mapa, o texto básico foi o do Tratado de Tordesilhas. Este era de conhecimento de Lopo Homem, pois havia participado, em 1498, da expedição secreta autorizada por D. Manuel para reconhecimento das terras situadas na linha imaginária da demarcação das terras de Portugal e da Espanha. Essa expedição foi comandada pelo capitão e cosmógrafo Duarte Pacheco Pereira que tinha participado do encontro com os espanhóis, em 1494, quando da assinatura do Tratado. No sentido dos discursos do Mapa e do Tratado, coincide quase que ponto por ponto, menos no que se refere aos topônimos brasileiros descritos no mapa e que não aparecem no texto do Tratado.

Mas a hipótese ainda pouco examinada sobre este aspecto refere-se ao conhecimento que os respectivos cartógrafos tinham sobre esses topônimos. Aventura-se, portanto — mesmo sem ter identificado nenhuma confirmação empírica —, supor que a aquisição desses conhecimentos adveio a partir do acesso às informações percebidas através de possíveis leituras de textos de viajantes e cronistas que passaram pelo Brasil nos primeiros 15 anos depois do seu achamento pelos portugueses, pois nem na Carta de Caminha nem no Diário anônimo da esquadra de Cabral tratam deste assunto. No entanto, isto não nega que o mapa expressa o sentido do discurso, não apenas dos seus autores sobre o

Brasil, como também os de outros portugueses e demais europeus de maiores instruções, que aqui visitaram e/ou adonaram-se das suas terras durante os três primeiros séculos da sua história.

Do mesmo modo, através da leitura do mapa em apreço é possível perceber dois aspectos importantes: por um lado, o saber agrário dos indígenas brasileiros naquele momento histórico; por outro, a forma pela qual era concebida a *disseminação* desses saberes por aqueles cortesãos, em particular dos possuidores de títulos de doutores em humanidades. Estes, exerciam atividades de cronistas e/ou similares no âmbito das sociedades cortesãs europeias, e estas eram assim definidas porque

(...) incluíam centenas, por vezes milhares, de servidores, de conselheiros, de “privados” dos reis que julgavam que governavam o seu país como senhores absolutos e da vontade dos quais dependiam, em certa medida, e dentro de certos limites, o destino, a posição social, a subsistência, a ascensão ou a queda de todos estes homens. Estavam ligados uns aos outros por estranhas obrigações de que beneficiavam ou eram vítimas. Estavam ligados por uma ordem hierárquica mais ou menos rígida e por uma etiqueta minuciosa. A necessidade de se imporem e de se manterem no seio dessa formação social dava-lhes um caráter particular, o de cortesão. Qual era a estrutura do contexto social no seio do qual pode surgir esta formação? Em consequência de que partilha de oportunidades de poder, de que necessidades criadas artificialmente pela configuração da sociedade, de que relações de dependência, puderam homens e mulheres reunir-se, durante gerações sucessivas, sob o signo dessa formação social da corte, da sociedade de corte? (Cf. Nobeit Elias, 1987, p. 13)

Entre o povo em geral, os saberes cortesãos não tinham a menor ressonância, pois em sua maioria absoluta era analfabeta e vivia confinada às precárias condições sociais e da organização da produção econômica. Especialmente no que se refere à agricultura europeia do século XVI que era de baixíssimo padrão tecnológico, não apenas a de Portugal, mas a de quase todos os demais países, exceto as da Holanda e Espanha.²⁹ Quanto à verdade sobre a materialização do discurso cosmológico no da cartografia analisada, assim como os referentes aos topônimos e aos saberes agrários contidas no mapa Terra Brasilis, complementar-se-á, em especial, com a análise dos relatos das fontes

²⁹ Este tema já foi relativamente bem estudado por inúmeros autores, e tem-se ainda uma boa síntese feita por Van Bath em seu clássico livro História Agrária da Europa Ocidental (1500 – 1850).

testemunhos e demais estudos sobre a problemática da época. Assim, se fará um quadro no qual, como mostra muito bem Muniz Sodré

(...) Fato e realidade objetiva obrigam-se a coincidir para se chegar à enunciação da verdade. Geralmente, entende-se "verdade" como uma adequação e por três ângulos diversos: (1) como concordância da coisa com a realidade determinada (harmonia entre a coisa e o que ela deve ser); (2) como conhecimento, ou seja, como ajustamento entre o que o sujeito pensa e o que a coisa é, sendo o erro o contrário disso; (3) como sinceridade, isto é, como enunciação correta do que o sujeito pensa sobre a coisa, sendo o contrário disso a mentira. (Cf. Muniz Sodré, 1994., pp. 15-23)

No sentido de corroborar com as proposições acima sobre verdade, invoca-se mais uma vez um enunciado reitor de Todorov ao dizer que

(...) é aqui que a distinção entre verdade da adequação e verdade de desvendamento volta a ser útil: de fato, exigimos a qualquer interpretação que nos dê as duas (...) A interpretação aspira, em primeiro lugar, à verdade de adequação. Por outras palavras, é possível estabelecer empiricamente, pelo confronto com o texto interpretado, se ela diz ou não a verdade. Esta vertente da interpretação tanto diz respeito aos fatos históricos como estruturais: os conhecimentos históricos far-me-ão aceder ao sentido próprio das palavras e das frases, as observações estruturais dir-me-ão como estão expostos entre si os elementos textuais, e para que servem. (Cf. Todorov, [1992], p. 164)

As proposições acima citadas vêm reforçar uma das idéias que perpassa por todo o presente estudo, que é não apenas conhecer, mas aprofundar o que já foi afirmado anteriormente, ou seja, os conceitos e/ou significado das palavras. Estas, têm como função básica registrar o cotidiano, quer seja referente aos fatos importantes, quer seja aos comuns, quer seja ainda as cronologias biográficas e genealógicas de uma pessoa ou de famílias nobres, como fizeram os inúmeros cronistas da Corte portuguesa no período aqui estudado. Julga-se, portanto, que o uso da palavra consubstancia-se na linguagem e ambas compõem o sentido de qualquer que seja o discurso. Esse, por sua vez, compõe-se de outros fatores, tais como, por exemplo, o estilo narrativo que pode ser representado pelo emprego da sintaxe, expressões e capacidade de observação e de comunicação de um profissional, ou mesmo de uma determinada classe em momentos históricos determinados.

A partir das observações sobre a estilística dos documentos aqui analisados, nota-se, em especial entre os dos cronistas já referidos anteriormente, uma tendência acentuada para as crônicas nobiliárquicas, ou seja, aquelas que

registraram a *memória imutável dos vencedores varões previdentes lusitanos*. Esse conceito de crônica permaneceu ainda por muito tempo. Bluteau, no início do século XVIII, ao definir um dos vários conceitos de história, situava-o no mesmo plano de

(...) *Cronica. Cronologia. Annaes. Fattos/ Narração. Relação. Memorias da Anti/guidade. Prova do tempo. Luz da ver/dade. Vida da memoria. Mestra da vida/ Trombeta da Fama. Thesoureira das/ cousas passadas. Exemplar das futuras./ Espelho das acções humanas. Lição/ muito gostosa, e proveitosa. Pintura eloqüente que representa aos olhos dos/ homens as suas obras, os seus vícios, e/ virtudes, os segredos dos Principes os/ costumes das gentes, a instituição das/ Republicas, a fundação, declinação/ e ruina dos Imperios. Astrolábio, que mostra os altos, e baixos da Fortuna/ prospera, e adversa, e juntamente os grãos das virtudes, e vícios de todo o ge/nero de pessoas. Potentissimo estimu/lo para os Principes obrarem bem, vem/do que por muitos Escretores se publi/carão, e se fizerão patentes ao Mundo as/ suas acção. Escola nobilissima, em que/ à custa alhea aprende o homem, o que/ lhe convem à sua pessoa. Amenissim/ Theatro, em que as apparencias, e (corroído) nas mais tristes não offendem; nellas vê o Leitor batalhas sem perigo, e naufragios sem (ilegível): no meyo dos diluvios/ fica em secco, e entre incendios està em/ salvo. Objecto de curiosa, e proveito/sa occupação. Correr, e admirar as obras/ de Historiadores, homens graves, e se/veros, noticiosos, e veridicos; estudio/zos da antigüidade, praticos do Mundo,/ versados no manejo de negocios publi/cos, indagadores de cazos occultos, in/telligentes em toda a materia militar, e/ politica; com prudencia para dizer, e/ não dizer, com valor, e liberdade para/ não adular, com erudição para ensinar,/ com boa elocução para deleitar, e com/ todas as prerrogativas, e perfeição pro/prias de tão util, e nobre entretenimêto./ Conselheira de Principes para o bom/ governo de seus Estados. Alexandre /Magno, Afar, e os mayores capitães/ Gregos, e Romanos em muitas occa/siões se regularão pelo que acharão es/crito nas histórias dos seus antecesso/res. Ao seu filho Leon inculcava o Em/perador Basilio a lição das Histórias,/ para ver nellas o premio das boas obras,/ e o castigo das màs. Thesoureira de to/do o genero de verdades para ensino dos/ vindouros. Por isso na pintura, que nos/ deixarão os antigos, se vê a História, /em figura de mulher com a cabeça vira/da para traz, como quem olha para as/ acções dos antepassados, para instruc/ção da posteridade. (Bluteau, 1713, pp. 199-382)*

Nessa mesclagem entre crônica e história, Bluteau complementa dizendo que ambas se reduzem a

(...) *acção de co/nhecer alguma cousa/. (...) O papel, ou escrito,/ em que o Capitão reconhece, & confes/sa ter tomado no seu bordo alguma cousa, & se obriga a entregala bem a/condicionada à pessoa, a que vay remet/tida. Por falta de palavra propria será/ necessario usar de circunlocução. (Bluteau, Op. cit, verbete chronica)*

Na realidade, Bluteau é uma espécie de pioneiro do conceito positivista sobre a realidade limitando a sua definição ao que está explicitado no documento em si. De certa forma, nos decênios de 1960/70, este conceito foi retomado por Regina Robin. Para Bluteau, o documento em si, e em particular em seu estilo *croniqueiro*, é o meio enunciante dos feitos históricos. Ao passo que

Regina Robin — na tentativa de introduzir na análise documental uma espécie de *substância* marxista, mas sem considerar a historicidade do documento —, diz que o documento traz em si uma organicidade própria, uma concepção de mundo específica. Ainda em relação à crônica literária que será comentada no próximo capítulo, bem como outras manifestações expressas em textos escritos, a partir da segunda metade do século XIX, o tradicional estilo narrativo de um determinado assunto, de acordo com definição de Bluteau, transmutou-se substancialmente.

Principalmente no referente à crônica literária, como a machadiana acima citada, que normalmente se manifestava nas páginas de grossos romances, se transmuta em crônica de folhetim, cuja linguagem, segundo explica o professor Antônio Cândido, passou a ser

(...) despreziosa, insinuante e reveladora. E também porque ensina a conviver intimamente com a palavra, fazendo que ela não se dissolve de todo ou depressa demais no ensaio, mas ganhe relevo, permitindo que o leitor a sinta na força dos seus valores próprios. (Cf. Mello e Souza, 1992, pp. 327-337)

Nos dias atuais, essa *convivência com a palavra* não deixa de ser um estimulante para se perceber o silêncio do enunciado regedor das fontes testemunhos, mediante a interpretação da historicidade do discurso. Ora, se tiver a virtude para se fazer isto,

(...) A credibilidade de um fato passa pela prova destas condições. (...) qualquer fenômeno que não se adeque às regras estabelecidas pela estrutura lógico-causal para a determinação da verdade (o verídico) será considerado "obscuro". (...) Assim, um certo imaginário social contemporâneo constitui-se de mitos e símbolos que já perderam o seu sentido metafórico, convertendo-se em imagens retrabalhadas como ícones, emblemas, e codificações diversas. (...) A reação das instituições científicas e religiosas é a de fecharem-se em seus discursos oficiais, passando a denunciar com mais empenho os enganos místicos — as crenças "no que não existe" ou no que "não é". Claro, a determinação do que é continua passando pela adequação a paradigmas de credibilidade onde a verdade se constitui apenas como prova lógica do enunciado, a serviço de uma razão utilitária ou instrumental. (Cf. Muniz Sodré, 1994., p. 23)

E a tentativa de mostrar uma possível verdade do objeto em estudo usando umas poucas das muitas fontes testemunhos existentes e depositadas nas inúmeras instituições de preservação documental do país, será apresentada em todos os capítulos, mas, especialmente no próximo texto onde se analisará, concisamente, o *sentido do discurso na escrita da história e na literária*.



Figura 32. Les Ambassadeurs. Détail — 1533³⁰

³⁰ Figura 32. Les Ambassadeurs. Détail — 1533. Hans Holbein (1497-1543). Londres, National Gallery. In: SKIRA, Albert, 1956. p. 113.